

ENTREVISTA COM ANCO MÁRCIO TENÓRIO VIEIRA¹

Fábio Andrade²

1. Como você vê a importância das revistas científicas hoje no Brasil?

R. Seja no Brasil, seja no exterior, as revistas científicas respondem por uma demanda muito específica: a produção acadêmica do corpo docente universitário, dos pesquisadores de fundações e institutos de pesquisa, dos mestrandos e doutorandos. No entanto, podemos observar que as revistas científicas têm funções e papéis distintos para as chamadas “ciências duras” e para as denominadas ciências humanas e sociais. No campo das exatas e biológicas, a revista científica é o meio por excelência para se dar conhecimento dos resultados de uma dada pesquisa. Muito raramente, ou quase nunca, um físico, um químico, um biólogo ou um matemático recorrem ao livro e, por meio dele, publicitam os resultados das suas pesquisas. O livro, aqui, quando visitado, é antes para atender ao leigo, ao não especialista, dentro da chamada popularização científica, do que para encerrar e servir de meio para, no calor da hora, divulgar uma pesquisa. Procedimento inverso ocorre no campo das ciências humanas e sociais. Nessas áreas, o pesquisador lança mão da revista científica tanto para veicular um estudo específico — o chamado estudo de caso — quanto para publicar os primeiros resultados de uma pesquisa mais extensa. Se os resultados parciais foram publicados na revista, o conjunto da pesquisa e as suas conclusões serão veiculadas em livro: o meio por excelência para dar luz ao desenvolvimento completo de uma pesquisa e aos seus resultados.

2. Acredita que um periódico científico acadêmico possa atingir um público que está fora do meio universitário? Se não, a que isso se deve? Se sim, explique como.

R. Talvez porque o conhecimento produzido no campo das Humanas se manifeste em vários veículos de comunicação — do suplemento literário do jornal, passando pelas revistas de entretenimento, até a mídia radiofônica e televisiva — tendemos, nessa área, a embaralhar os limites e os objetivos entre uma revista acadêmica, um suplemento cultural e uma revista magazine (as revistas *Continente*, *Piauí*, *Cult...*). Parece-me que no campo das ciências duras essa confusão é menos presente. Alguém, por exemplo, que lê as revistas *Superinteressante* ou *Galileu* sabe que não está diante de uma revista

¹ Anco Márcio Tenório Vieira é professor de Teoria Literária da Universidade Federal de Pernambuco e foi editor da Revista Investigações, do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística.

² Doutor em Teoria da Literatura pelo PPGL-UFPE. Professor de Literatura do DLCH-UFRPE. Editor da Revista Encontros de Vista.

acadêmica, e, sim, de um veículo de divulgação científica. No entanto, como falei anteriormente, o periódico científico não só visa um público muito específico — o acadêmico ou o para-acadêmico — como o material que nele é veiculado é resultado da produção científica forjada nas universidades, nos institutos e fundações de pesquisa, e nos seus programas de mestrado e doutorado. O que isso significa? Significa que as revistas acadêmicas se destinam a um público que, em tese, deve dominar minimamente as ferramentas teóricas e metodológicas da área e, por extensão, tenha alguma familiaridade com a linguagem ali empregada. Pensar em um público mais amplo (no caso, um leitor não acadêmico, leigo quanto aos procedimentos teóricos e metodológicos de uma pesquisa científica) é pensar não na confecção de um periódico científico-acadêmico *stricto sensu*, mas em um veículo que se inscreva na chamada divulgação científica: a chamada revista magazine. Neste caso, estamos falando de mídias que podem ser produzidas na Academia, mas que busquem a popularização da sua produção, veiculando, por meio de uma linguagem mais palatável, as descobertas e os avanços da pesquisa acadêmica. Um bom exemplo do que falo, é, creio, a revista *Ciência Hoje*, publicada pela SBPC desde a década de 1980: uma revista de divulgação científica escrita por cientistas e pesquisadores acadêmicos visando o público geral. Nesse periódico o público não especializado vai encontrar artigos que foram desidratados naquilo que há de mais árido em um texto científico (a demonstração de como se deu o processo de pesquisa e de construção da análise e da interpretação), e vão ler apenas as suas conclusões gerais.

3. Ernesto Sábato em seu livro *O homem e suas engrenagens* afirma que uma das questões fundamentais da produção científica do último século e desse que vivemos é a comunicação do pensamento científico moderno e atual. Segundo ele, a Física teórica afastou-se radicalmente da realidade que o homem comum conhece. Será que o conhecimento científico que estamos produzindo tornou-se inócuo para a maior parte dos indivíduos?

R. Discordo desse olhar um tanto que romântico do conhecimento e da sua produção. Esse vírus inoculado por Jean-Jacques Rousseau no século XVIII, particularmente no seu ensaio “Discurso sobre as Ciências e as Artes” (1750), e que nunca deixou de produzir frutos, oferece-nos uma falsa ideia da horizontalidade do conhecimento, isto é, que todo conhecimento produzido pode ser passível de ser processado por qualquer pessoa, indiferente do seu grau de instrução, e, principalmente, que para ele ser relevante tem que suscitar interesse em toda a sociedade. Ora, se as Teorias da Recepção e da Comunicação nos ensinaram alguma coisa, é que toda recepção de uma obra implica tanto no grau de instrução de quem lê determinada obra quanto no horizonte de expectativa desse leitor e do seu saber no mundo. Assim, não se espera que um doutor em Física tenha o mesmo grau de compreensão da sua matéria de estudo e de pesquisa que um estudante de ensino médio (por mais dedicado que seja esse estudante de ensino médio). Se não levarmos em consideração essa questão, creio que o que foi defendido por Ernesto Sábato tem cheiro de populismo, ou, na melhor das hipóteses, de uma nostalgia de um tempo que nunca existiu de fato. Para ver a falácia dessa tese, voltemos quatro ou cinco séculos atrás, e o que vamos encontrar? Encontramos uma situação não muito diversa da que é acusada por Ernesto Sábato na contemporaneidade. Vejamos: se você tentar ler o *Dialogo di Galileo Galilei sopra i due Massimi Sistemi del Mondo Tolemaico e Copernicano*, de Galileo Galilei, ou *De revolutionibus orbium coelestium* (*Das revoluções das esferas celestes*),

de Nicolau Copérnico, para ficarmos em duas obras escritas entre os séculos XVI e XVII, e que são fundantes para aquilo que chamamos hoje de ciência moderna, veremos que elas não foram escritas e destinadas ao público não-especializado do seu tempo, mas aos seus pares, aos que além de serem alfabetizados em latim, dominavam a cozinha da física e da astronomia. Não só: muito provavelmente o homem comum dessa época nunca foi informado, nem nunca se inteirou do que se passava no campo da ciência. Morreu sem saber que agora a terra é que girava ao redor do sol, e não o inverso, como lhe fora ensinado pelo pároco da esquina. Ora, diverso do que ocorria com um contemporâneo de Galileu e de Copérnico, e diverso do que pensa Sábato, no nosso mundo contemporâneo um sujeito não especialista em Física e em Astronomia (entre os quais eu estou incluído) tem, hoje, muito mais chance de acompanhar o que vem acontecendo na produção acadêmica do que nos séculos XVI e XVII, apesar do alto grau de especialização que se observa no conhecimento científico produzido em nossos dias. Não porque ele, esse leitor curioso (repito: entre os quais eu estou incluído), vai ler e entender a linguagem dos artigos veiculados na *Science* ou na *Nature*, para ficarmos nos dois principais veículos científicos no campo das ciências duras, e, sim, porque ele pode ler publicações como a *Ciência Hoje* ou as secções das revistas e jornais destinadas à divulgação científica. Nesses veículos encontramos textos escritos tanto por cientistas (como é exemplo Marcelo Gleiser, na sua coluna quinzenal na *Folha de São Paulo*) quanto por jornalistas especializados que traduzem para nós, leigos, as novas descobertas científicas. O problema, creio, não reside no fato de que “a Física teórica afastou-se radicalmente da realidade que o homem comum conhece” (afinal, a Física teórica nunca encerrou uma linguagem que fosse familiar ao homem comum: nem no tempo de Galileu, nem em nosso tempo), e, sim, no fato de que o volume de conhecimento produzido é tão grande que mesmo um cientista da área já não acompanha os avanços em todas as esferas do seu campo de conhecimento. No entanto, acompanhando ou não os avanços da ciência, o homem comum vê esse conhecimento se substantivando no seu cotidiano quando ele recorre à medicina, aos serviços bancários, à internet, à telefonia, etc. De modo que o conhecimento científico que estamos produzindo não se tornou inócuo para a maior parte dos indivíduos. Muito pelo contrário. Ele participa do dia a dia do homem comum muito mais do que ele participava no tempo de Galileu e Copérnico.

4. Qual tem sido o papel dos órgãos de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPQ, e de que modo eles influem na produção do conhecimento científico?

R. No campo editorial, os órgãos de fomento no Brasil vêm se pautando tanto pelo financiamento de publicações científicas quanto por classificar qualitativamente e quantitativamente as revistas e as demais publicações acadêmicas (livros, sites especializados, anais de congresso, editoras acadêmicas e de instituições de pesquisa, etc.). No nosso caso específico — a revista *Investigações: linguística e teoria literária* — seu financiamento se dá via edital da UFPE, destinado basicamente aos periódicos científicos da Instituição. No campo da pesquisa, particularmente na nossa área, que é a de Humanas e Artes, creio que os órgãos de fomento não incentivam ou criam espaço na academia para que se possa desenvolver um projeto intelectual. Os fomentos visam apenas e quase que somente projetos acadêmicos, com prazo delimitado para serem iniciados e concluídos. Explico-me. Quando pensamos em nomes como Claude LéviStrauss, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Fernand Braudel, Evaldo

Coutinho, para ficarmos apenas em nomes que construíram suas obras dentro da academia, observamos que esses intelectuais, que marcaram e delinearão os seus campos de conhecimento ao longo do Século XX, perseguiram e construíram antes um projeto intelectual do que um projeto acadêmico. O projeto acadêmico, no caso, foi apenas ancilar do projeto intelectual. Para a construção de tal projeto, podemos constatar que, grosso modo, dois objetivos estiveram presentes ao longo das suas trajetórias intelectuais e acadêmicas. Primeiro, cada um perseguiu, ao seu modo, obsessivamente, determinadas ideias; segundo, cada um encontrou e teve para si o tempo necessário para pensar e maturar essas ideias e, por decorrência, produzir novos conhecimentos. Ora, o que temos hoje na academia é o inverso disso. A produção intelectual de qualquer professor das humanas é, hoje, quando nos debruçamos sobre os seus trabalhos visando um balanço de sua trajetória acadêmica, um verdadeiro Frankenstein. Seja porque os seus parâmetros teóricos e metodológicos foram mudando com as modas intelectuais, o que o levam a mudar de escola de pensamento como quem troca de roupa (revelando o quão acriticamente esse pesquisador lança mão das teorias disponíveis no “mercado”, tomando-as como se elas fossem verdadeiras panaceias. Pior, uma panaceia com prazo de validade para expirar); seja porque ele muda de objeto de estudo ao sabor dos financiamentos oficiais. E ao mudar de objeto de estudo ao sabor dos financiamentos oficiais, ele vai deixando para trás pesquisas que precisariam ser ainda verticalizadas, teorias que precisariam ser problematizadas e dilatadas em novas ideias, em novos conceitos e terminologias. Desse modo, ao fazermos o balanço da produção intelectual de um dado professor, encontramos, ao fim e ao cabo, uma obra esgarçada, que não possui urdidura, como se ela tivesse sido composta por vários “eus”; cada um desses “eus” buscando objetos e perseguindo teorias distintas. Na academia, particularmente no campo das ciências humanas e sociais, vive-se um caso clássico de esquizofrenia, de um “eu” partido, que ao invés de construir novos conhecimentos persegue apenas o uso meramente técnico do conhecimento. Afinal, construir ideias e reflexões novas requer tempo e perseverança intelectual, e a academia, hoje, trabalha com prazos. Basta lembrar que nenhuma pesquisa, seja ela financiada ou não, deve ultrapassar mais do que quatro anos. Imagine, hoje, um sociólogo como Gilberto Freyre na academia, que passou mais de vinte anos para perfazer a sua trilogia *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e Progresso*? Ou um Lévi-Strauss, que levou 20 anos para escrever os quatro volumes das suas mitologias? Impossível. O resultado, é que no campo das humanas a produção acadêmica hoje pouco revela de novo: é sempre o mais do mesmo. Enfim, como dizia Paulo Freire: a melhor maneira que um pesquisador da área de educação poderia fazer para homenageá-lo seria recriando a sua obra, e não repetindo as suas ideias. O campo das Humanas vem esquecendo essa lição, e se contenta em repetir as ideias feitas. Pior: em toma-las como panaceias. Nenhuma teoria é uma panaceia e, sim, uma ferramenta para construirmos novos conhecimentos. E isso requer tempo.

5. Como você vê a classificação dos periódicos científicos que esses órgãos estabelecem e que aspectos positivos e negativos surgem a partir dessa classificação?

R. Toda classificação busca separar o joio do trigo, isto é, contemplar os periódicos que vêm se esforçando para alcançar um padrão de excelência internacional e pressionar os demais para que persigam o seu exemplo. Neste ponto, nada a discordar. Pelo contrário. No entanto, na prática, ocorrem alguns problemas e alguns entraves que impedem que os

periódicos que não estão classificados como A ou B possam mudar de categoria. Exemplo: os programas de pós-graduações precisam e exigem que os seus professores e pós-graduandos publiquem nas revistas classificadas como A ou B, pois só essas publicações permitem que a pós possa manter ou superar a sua atual classificação pela Capes. Ora, as publicações classificadas como C terminam sem receber os melhores textos, ficando, assim, condenadas para todo o sempre a nunca saírem da categoria em que estão colocadas pela Capes. Elas precisam de bons artigos, mas os bons artigos não lhes são destinados, logo, por sua vez, elas terminam recebendo a rebarba do que sobrou ou não foi aceito pelas revistas classificadas como A ou B. Resultado: elas nunca vão passar do nível C. É preciso repensar essa lógica cruel.

6. Áreas como ciências humanas e sociais têm tido o tratamento apropriado no processo de classificação dos periódicos?

R. Parece-me que não. Vejo periódicos que estão no mesmo nível — tanto no campo formal quanto no que diz respeito à qualidade dos textos veiculados — sendo classificados distintamente pelos órgãos de fomento. Percebo que periódicos de Universidades de prestígio conseguem uma avaliação mais positiva do que periódicos de Universidades menos prestigiadas ou periféricas. E aí talvez entre em questão não tanto a qualidade do periódico, mas o trânsito que esta ou aquela universidade tem entre as instituições que regulamentam e classificam as publicações acadêmicas no Brasil.

7. Quais as grandes dificuldades que a revista *Investigações* enfrenta no processo de edição de seus volumes?

R. A grande dificuldade não é técnica. Depois de quase 30 anos de circulação aprendemos a lidar com as questões técnicas, com a cozinha da editoração, o problema passa hoje por questões como financiamento e corpo editorial. No caso do financiamento, tanto os órgãos de fomento quanto a própria universidade exige que toda pós-graduação tenha a sua revista e, principalmente, que ela tenha uma boa classificação junto ao CNPQ. Ok. Na prática, não só temos uma verba muito aquém do que precisamos para a sua confecção, como temos ainda que lidar com uma burocracia que arrefece o ânimo de qualquer pessoa, por mais motivada que ela seja. Sem falar que o fato de ganharmos o edital não significa que teremos de imediato o dinheiro. Muitas vezes terminamos o ano e o dinheiro não é depositado na conta da revista. Resultado: ficamos em pendência com a designer gráfica, com a editora e, principalmente, sem verba para enviar a revista para as outras pós-graduações do Brasil. No caso do corpo editorial, temos dois problemas. Um, diz respeito aos professores que querem “emprestar” o seu nome a esta ou aquela revista, mas não querem ter o trabalho de ler e julgar os textos que lhe são enviados para avaliação; dois, o volume de artigos que recebemos termina por sobrecarregar o corpo editorial da revista, particularmente os que estão dispostos a receber, ler e emitir pareceres. No momento atual, estamos, nós que fazemos a *Investigações*, tentando duplicar o número de integrantes do Conselho Editorial, única forma que encontramos de darmos conta da demanda acadêmica.